

Brasil tem 13,2 milhões de desempregados, aponta IBGE

Por Bruno Villas Bôas RIO - (Atualizada às 9h47)

A taxa de desemprego do país foi de 12,7% no trimestre móvel encerrado em maio, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O país tinha 13,235 milhões desempregados no período.

O resultado ficou abaixo do trimestre findo em abril (12,9%), 0,1 ponto percentual acima do verificado no trimestre móvel até fevereiro (12,6%) e 0,6 ponto menor do que o mesmo período de 2017 (13,3%).

Analistas de 26 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data esperavam, na média, a taxa de desemprego em 12,7% de março a maio. O intervalo das projeções ia de 12,5% a 12,9%.

Segundo o IBGE, o país tinha 90,887 milhões de ocupados no trimestre encerrado em maio, queda de 0,2% ou 204 mil pessoas a menos do que no trimestre móvel encerrado em fevereiro e avanço de 1,3% ou 1,12 milhão de pessoas na comparação com o mesmo período de 2017. Essas são as comparações consideradas estatisticamente corretas pelo organismo.

O número de desempregados — pessoas de 14 anos ou mais que buscaram emprego, sem conseguir — era de 13,235 milhões em maio. Isso significa uma alta de 0,9% em relação ao trimestre findo em fevereiro (+115 mil pessoas) e baixa de 3,9% no confronto com o mesmo período do ano passado (-536 mil pessoas).

O mercado de trabalho entrou em trajetória de recuperação a partir de abril de 2017, liderado sobretudo pelo emprego informal. Essa recuperação, porém, perdeu fôlego no início deste ano, período de menor aquecimento da atividade econômica e sazonalmente desfavorável para a geração de novos postos de trabalho. A força de trabalho — pessoas empregadas ou em busca de empregos com 14 anos ou mais de idade — teve leve queda de 0,1% na comparação ao trimestre até fevereiro, ficando em 104,12 milhões de pessoas no trimestre até maio. Essa redução contribuiu positivamente para a taxa do mês.

INFORME

Rendimento

O rendimento médio real dos trabalhadores foi de R\$ 2.187 no trimestre móvel até maio, 0,6% abaixo dos três meses até fevereiro (R\$ 2.200) e 0,9% acima do apurado no mesmo período de 2017 (R\$ 2.167). Essas variações são consideradas estabilidade em termos estatísticos pelo IBGE, dado o intervalo de confiança. Já a massa de rendimento real habitualmente recebida por pessoas ocupadas (em todos os trabalhos) somou R\$ 193,895 bilhões de março a maio, 0,7% abaixo do trimestre móvel anterior e 2,3% maior do que no mesmo período terminado em 2017.

Agronegócio impulsiona renda e emprego no CentroOeste

Por Rodrigo Carro

Entre as 5.471 cidades pesquisadas para a elaboração do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o município goiano de Cristalina foi o primeiro colocado no quesito emprego e renda. A liderança nesse indicador específico reflete o avanço, impulsionado pelo agronegócio, da região CentroOeste, que alcançou o Sul e o Sudeste em termos de desenvolvimento socioeconômico.

Ao fim de 2016, 92,4% das cidades do Centro-Oeste tinham desenvolvimento alto ou moderado, pelos critérios do IFDM. No Sudeste, o percentual era de 92,9% e no Sul, de 98,8%. Mantido o ritmo atual, o Centro-Oeste poderá ultrapassar o Sudeste num futuro próximo, segundo projeções da Firjan.

"O Centro-Oeste deverá ultrapassar o Sudeste na próxima edição, porém esse resultado não deve ser sustentável. Devido ao tamanho do mercado de trabalho, o Sudeste voltará a ocupar a segunda posição entre as regiões do país, quando os Estados tiverem plena recuperação", justifica Jonathas Goulart, coordenador de estudos econômicos da entidade.

No caso de Cristalina, pesaram favoravelmente os empregos gerados pelo cultivo de soja e cereais, além dos postos de trabalho criados pela atividade de construção, especialmente de estações e redes de distribuição de energia elétrica. Entre o primeiro trimestre de 2014 e o mesmo período de 2018, a redução no volume de empregos com carteira assinada no Centro-Oeste foi de 2,9%, informa Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do IBGE. O percentual contrasta com a diminuição de 13% ocorrida no Nordeste e de 10% no Sudeste, no período. Entre os 500 municípios mais desenvolvidos do Brasil, 7% estavam no Centro-Oeste. O percentual é quase três vezes superior ao registrado dez anos antes (2,4%). Mesmo com a evolução da região, o ranking

INFORME

das 500 cidades com maior desenvolvimento socioeconômico ainda é dominado pelo Sul e o Sudeste, que juntos abarcam 91,2% dos municípios.

A lista dos 500 municípios mais bem posicionados no IFDM é encabeçada por três cidades paulistas: Louveira, Olímpia e Estrela do Norte. A primeira é sede de multinacionais relevantes, enquanto Olímpia é um destino turístico popular. Já Estrela do Norte se destacou pela geração de empregos em obras de urbanização. As deficiências dos municípios do Norte e Nordeste nas áreas de saúde e educação ainda são o principal motor da desigualdade socioeconômica entre as regiões brasileiras, conforme indica o levantamento da Firjan.

Em 2016, Norte e Nordeste concentravam 96,4% das 500 cidades com pior desempenho no IFDM. Em dez anos, a proporção de municípios do Norte e Nordeste na lista dos 500 menos desenvolvidos se manteve praticamente inalterada. Em 2006, ambas as regiões, juntas, respondiam por 96% da lista.

No Brasil, o alto desenvolvimento é para poucos: na edição deste ano, com base em dados de 2016, só 431 municípios foram classificados na categoria de alto desenvolvimento. A cidade com menor IFDM era Ipixuna (AM), que teve também a pior avaliação na saúde, devido à falta de atendimento básico de qualidade neste área. O segundo pior resultado no ranking geral foi o de Sebastião Barros. O município piauiense apresentou queda nas três vertentes pesquisadas (emprego e renda, saúde e educação), com destaque negativo para a taxa de abandono escolar.

Analistas esperam queda do desemprego em maio

Por Ana Conceição

No trimestre encerrado em maio, a taxa de desemprego deve ter diminuído ligeiramente para 12,7%, na comparação com os 12,9% de abril e os 13,3% do mesmo período do ano passado, segundo média das estimativas de 26 economistas consultados pelo Valor Data. Ante o trimestre anterior, terminado em fevereiro, quando a desocupação atingiu 12,7% da força de trabalho, também não deve haver grandes mudanças. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga hoje o número na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. O intervalo das estimativas dos economistas vai de 12,5% a 12,9%. No cálculo do economista Flavio Serrano, do banco Haitong, em termos dessazonalizados a taxa deve ter pequena queda, de 12,3% em abril para 12,2% em maio.

Se na ponta, mês a mês, o desemprego segue com relativa estabilidade na comparação com 2017, o país deve continuar a ver queda lenta na desocupação e aumento muito

3

INFORME

gradual na ocupação. De acordo com dados da Pnad Contínua, até abril a média da população desempregada era de 13,23 milhões de pessoas, 445 mil menos ante o período do ano passado. A população ocupada ganhou 1,68 milhão de pessoas e subiu para 91,03 milhões. Tais números mostram que além de a economia ter empregado 1,24 milhão de pessoas que entraram na força de trabalho no período, houve uma geração de vagas que absorveu quase meio milhão pessoas. É pouco para uma queda mais relevante no desemprego no país.

A geração de vagas em geral tem diminuído, segundo a Pnad, assim como a entrada de pessoas na força de trabalho e menos vagas tem sido criadas. Ao mesmo tempo, o número de pessoas que saem do mercado tem aumentado, o que pode sinalizar que o relativo enfraquecimento do mercado de trabalho tem levado mais pessoas a desistir de procurar um emprego.

Na pesquisa Dieese/ Seade divulgada esta semana, que tem metodologia diferente e abrange apenas a região metropolitana de São Paulo, esse movimento está mais explícito. O desemprego diminuiu, para 17,4%, em maio, mas graças à saída de trabalhadores do mercado, e não por conta da geração de empregos. A pesquisa mostra, ainda, que aumentou para 50 semanas o tempo de procura por uma vaga na região, ante 31 no início de 2016, ainda no auge da recessão. É incerto se a greve dos caminhoneiros em maio terá alguma repercussão sobre os números da Pnad Contínua, uma vez que eles são uma média do trimestre. A paralisação teve impacto no emprego formal no mês. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, mostrou criação de apenas 33,6 mil empregos novos, metade do esperado por analistas. Foi o menor saldo do ano.

Para o ministro Helton Yomura, o mês foi atípico por causa da greve, que deixou o resultado fora da média do ano até então. A indústria, setor mais afetado pelo evento, fechou 6,4 mil vagas, contra 1,4 mil contratações no mesmo período em 2017, interrompendo quatro meses seguidos de saldo positivo. Seja como for, mesmo antes da greve as projeções para o emprego já vinham recuando por causa da fraqueza maior que a esperada da atividade no início do ano. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), por exemplo, que esperava a criação de um milhão de empregos formais em 2018 reduziu sua estimativa para 524 mil, sem ajuste, ou seja, sem incluir dados informados com atraso. Para a taxa de desemprego, a média do ano estimada por analistas no Valor Data é de 12,1%, pouco menor que a de 2017, de 12,7%.

(Fonte: Valor Econômico – 29/06/2018)

4

SP lidera em casos de falta de segurança de trabalho no País

Análises de 2017 e dos primeiros quatro meses de 2018 colocam o estado na primeira posição; norma ligada à prevenção de acidentes é a mais desrespeitada

RENATO GHELFI • SÃO PAULO

O Estado de São Paulo apareceu na primeira colocação do País, em 2017, entre os entes com maior número de casos de não cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalhador. Os dados foram divulgados ontem (28), pelo Ministério do Trabalho. Das 78.383 irregularidades verificadas pela fiscalização do governo federal, 15,54% estavam em território paulista – foram feitas 12.180 autuações a 3.329 estabelecimentos do estado durante o ano passado. Nos primeiros quatro meses de 2018, São Paulo também ficou na primeira posição, com o recebimento de 5.463 punições por 1.403 empresas. Para especialista consultado pelo **DCI**, a crise econômica pode ter causado a manutenção de uma quantidade elevada de autuações no estado. “A recessão foi um problema grande, especialmente para as pequenas empresas. Isso porque a crise reduziu a capacidade [dessas companhias] para os investimentos em segurança do trabalho, que já costumavam ficar abaixo da média”, afirma Carlos Eduardo Vianna Cardoso, sócio trabalhista do escritório Siqueira Castro. Já as empresas maiores, diz ele, estão mais sujeitas a fiscalizações do governo federal, além de, na maioria dos casos, estarem atreladas a sindicatos com maior representatividade, o que também reduz a incidência de autuações.

Prevenção

O Ministério do Trabalho também divulgou as normas mais desrespeitadas pelas companhias em 2017. Na primeira posição nacional, apareceu a NR-7, com 9.517 casos. A regra diz respeito à aplicação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. “Essa é uma norma com caráter mais preventivo. Ela é importante para a criação de estruturas administrativas, como aquelas relacionadas ao atendimento médico nas empresas. O desrespeito dessa norma indica uma falta de cautela por parte das companhias” diz Cardoso.

Análise proporcional

Apesar da liderança na avaliação pelo número absoluto, a situação de São Paulo é mais tranquila no recorte proporcional, quando é levada em conta a quantidade de pessoas que trabalham na região. No quarto trimestre do ano passado, dos 92,108 milhões de indivíduos empregados no Brasil, 23% (21,830 milhões) estavam em São Paulo, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, a participação do estado no contingente de empregados (23%) é superior à presença paulista entre os entes com maior número de casos de não cumprimento às normas de segurança e saúde (15,5%). “Isso indica que há um maior preparo das empresas do estado em relação ao resto do País. Ainda assim, esse número é muito grande e precisa se reduzir”, conclui Cardoso.

(Fonte: DCI – 29/06/2018)